O legado do Plano de Desenvolvimento do Paraná no "Paraná Velho": planejamento, industrialização e infraestrutura

João Victor Oliveira de Souza (PIBIC/FA), Caroline Gomes Gonçalves (Co-orientadora), Fabíola Castelo de Souza Cordovil (Orientadora). Email: joaovictorsouza.arq@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Tecnologia, Maringá, PR.

Planejamento Urbano e Regional/ Fundamentos do Planejamento Urbano e Regional

Palavras-chave: CODEPAR; Curitiba; projeto paranaense de desenvolvimento.

RESUMO

Os anos 1960 representaram um ponto de inflexão para o planejamento governamental no Paraná, a partir de ações emblemáticas como a criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) e do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Paraná (PDP), tributários do projeto paranaense de desenvolvimento. Naquele momento, o planejamento tornou-se um imperativo para o desenvolvimento, estreitamente vinculado à industrialização que, por sua vez, exigia esforços infraestruturais. Neste trabalho, apresenta-se relações entre o Plano de Desenvolvimento do Paraná (1963) e três objetos representativos da tríade planejamento, industrialização e infraestrutura no eixo Curitiba-Paranaguá ("Paraná Velho"): a criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), a implantação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e o reaparelhamento do Porto de Paranaguá. Por meio destes três objetos, demonstra-se que, embora não tenha sido efetivamente implantado em sua completude, o PDP legou repercussões territoriais associadas à reverberação de suas proposições, sustentadas especialmente pela CODEPAR.

INTRODUÇÃO

O início dos anos 1960 no Paraná corresponde à primeira gestão administrativa de Ney Braga como governador do estado (1961-1965). De acordo com Izepão (2013), esta gestão foi pautada pelo binômio planejamento-desenvolvimento, em voga no cenário nacional e internacional pós-guerra, com destaque para algumas ações emblemáticas como a criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), em 1962 – mais tarde, transformada no Banco do Desenvolvimento do Paraná –, a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), no mesmo ano, e a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Paraná (PDP), em 1963. Tais ações integraram o chamado *projeto paranaense de desenvolvimento* (Gomes, 2010) e contribuíram para a consolidação do planejamento na esfera estadual, até

então concentrado no Conselho Consultivo do Planejamento Econômico no Paraná (PLADEP), criado em 1955, na gestão de Oliveira Franco, mas sem a força política e econômica que o planejamento lograria nos anos 1960 (Izepão, 2013).

O PDP pode ser tomado como documento histórico representativo deste momento do planejamento no estado do Paraná, por incorporar as noções acerca de desenvolvimento difundidas pelo PLADEP e propor um programa de ações direcionado a quatro eixos: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, planejamento territorial e reformulação dos quadros governamentais (Paraná, 1963). O PDP foi elaborado conjuntamente pelo PLADEP e pela SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais), empresa privada contratada pela CODEPAR para a concepção do plano. Fundada pelo Pe. Lebret em 1947, a SAGMACS é compreendida por Dudeque (2010) como a sucursal brasileira do movimento francês Economia e Humanismo (EH), do mesmo fundador. O PLADEP e a SAGMACS imprimiram no plano suas filiações teóricas, notadamente vinculadas à teoria cepalina das trocas desiguais (Gomes, 2010) e ao desenvolvimento harmônico pregado pelo EH (Dudeque, 2010), respectivamente. Com efeito, a industrialização é um dos aspectos preponderantes do plano, cuja implantação dependeria diretamente da provisão de infraestrutura para operação e exportação e de planejamento territorial.

Se não foi institucional e sistematicamente implantado, o PDP reverberou em ações posteriores que, mesmo quando isoladas, apresentam certa continuidade às suas proposições (Dudeque, 2010; Izepão, 2013). Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo compreender as relações entre as propostas do PDP e os desdobramentos territoriais no eixo Curitiba-Paranaguá, o chamado “Paraná Velho”, a partir de três estudos de caso representativos da tríade planejamento, industrialização e infraestrutura: a criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), a implantação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e o reaparelhamento do Porto de Paranaguá.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi realizado sob método qualitativo-interpretativo, a partir de abordagem historiográfica, com base no estudo de caso de três objetos – o reaparelhamento do Porto de Paranaguá, a implantação da CIC e a institucionalização do IPPUC. Para tanto, realizou-se revisão bibliográfica exploratória sobre o planejamento regional paranaense na década de 1960, bem como sobre os três objetos em enfoque, e a revisão documental do Plano de Desenvolvimento do Paraná de 1963.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento de Curitiba como metrópole estadual era uma das proposições centrais do PDP. Frente ao reconhecimento de sua vocação regional subaproveitada

e de sua localização favorável à exportação, o PDP propunha a "constituição de um órgão permanente de planejamento e controle do desenvolvimento urbano no quadro da administração municipal com o auxílio técnico e financeiro do Estado", a "constituição de uma companhia de desenvolvimento urbano", a "constituição [...] de um Distrito Industrial devidamente situado, loteado e equipado" e a "melhoria da infraestrutura regional de interesse para a função metropolitana de Curitiba" (Paraná, 1963, p. 149-150), notadamente as ligações rodoferroviárias.

Para Dudeque (2010, p. 72) "os germens da transformação das formulações urbanas ocorridas em Curitiba, em meados da década de 1960, devem ser buscados no governo do estado, e não na administração do município". De fato, lançando mão de sua força política e econômica, em 1965 a CODEPAR convenceu a administração municipal da capital a realizar um novo plano diretor de urbanismo, restringindo seus recursos para a elaboração e execução de um plano global, e não mais obras pontualmente localizadas. O novo plano foi objeto de concurso vencido pela empresa paulista Serete, em conjunto com o arquiteto Jorge Wilheim, e deveria ser acompanhado por uma comissão de técnicos municipais, denominada Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (APPUC) (Dudeque, 2010). Era o embrião do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), no qual foi efetivamente transformado menos de quatro meses depois (Namur, 1992).

A preeminência da CODEPAR, em detrimento da administração municipal, no processo de institucionalização do planejamento em Curitiba pode ser atribuída ao interesse econômico do estado sobre a capital, especialmente relacionado ao seu potencial de industrialização. Com efeito, a industrialização era uma importante variável a ser equacionada pelo Plano Serete/Wilheim. Namur (1992) demonstra que o zoneamento industrial passou por diversas reformulações, sendo inicialmente disposto ao longo da BR-116, em 1965, passando pela concepção de distrito industrial, em 1969, até chegar à ideia efetivamente implantada da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), em 1973. O deslocamento de "distrito" para "cidade industrial" foi justificado pela intenção de combinar o uso industrial à habitação, às áreas livres e aos serviços auxiliares (Namur, 1992). De toda sorte, o PDP já preconizava a concentração de indústrias em uma área única de Curitiba, que, de fato, se transformou na CIC, a despeito das concepções iniciais do Plano Serete/Wilheim de distribuição do uso industrial ao longo de um eixo rodoviário.

No caso do Porto de Paranaguá, o PDP propunha seu reaparelhamento "com instalações para importação de gás liquefeito, máquinas pneumáticas para carregamento de grãos e equipamento para descarga de sal" (Paraná, 1963, p. 128). Sena (2011) sinaliza que, a partir de 1968, o Porto de Paranaguá passou por diversas ampliações, por meio da implantação de novas estruturas (como silos metálicos) que correspondiam à especialização graneleira determinada pelo governo federal no Programa Corredores de Exportação (1971/72). O Porto de Paranaguá representava, por um lado, a internalização dos ganhos auferidos pela exportação

agrícola e, por outro, o fortalecimento da integração territorial, antigas demandas do estado (Izepão, 2013) que foram respaldadas pelo PDP e encontraram solo fértil nos anos 1960-1970.

CONCLUSÕES

Mesmo após a saída de Ney Braga do executivo e ainda que não tenha sido efetivamente implementado, o PDP continuou a ter suas ideias ecoadas no âmbito da administração estadual, pleiteadas especialmente pela CODEPAR. Isso é evidenciado pela participação decisiva da CODEPAR na exigência e na contratação de um novo plano diretor para Curitiba, o que deu origem ao IPPUC e à CIC. Ambos correspondiam a algumas das aspirações do PDP para a capital, quais sejam a constituição de um órgão municipal de planejamento continuado e a implantação de um parque industrial, respectivamente, demonstrando certa perenidade do plano. No caso do Porto de Paranaguá, o reaparelhamento e as ampliações que este sofreu nos anos 1970, notadamente direcionados à especialização graneleira, também já eram previstos pelo PDP, e contribuíram para a internalização dos ganhos auferidos pela exportação. Assim, demonstrou-se que, a despeito de seu engavetamento, o PDP logrou continuidade no ideário paranaense dos anos 1960 e 1970, com repercussões sobre a institucionalização do planejamento, a industrialização e provisões infraestruturais no “Paraná Velho”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Araucária pelo financiamento e às professoras Fabíola Castelo de Souza Cordovil e Caroline Gomes Gonçalves pelo apoio e pelo direcionamento.

REFERÊNCIAS

DUDEQUE, I. J. T. **Nenhum dia sem uma linha:** uma história do urbanismo em Curitiba. São Paulo: Studio Nobel, 2010.

GOMES, C. A. F. **Planejamento e industrialização em regiões periféricas:** as ideias da CEPAL no projeto paranaense de desenvolvimento. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

IZEPÃO, R. L. **O planejamento governamental no Paraná:** economia, Estado e política econômica. Maringá: Eduem, 2013.

NAMUR, M. **Estado e empresariado em Curitiba**: a formação da Cidade Industrial (1973-1980). 1992. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

PARANÁ (Governo do Estado). **Plano de Desenvolvimento do Paraná**. Documento preliminar elaborado pela SAGMACS. Curitiba: CODEPAR: PLADEP, 1963.

SENA, C. **Porto de Paranaguá:** transformações espaciais decorrentes do processo de modernização capitalista e integração territorial entre os anos 1970 e 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.